

Índios

Ministro visita os ianomamis

Saulo Ramos e o governador de Roraima viram situação trágica na maloca de Paapiú

PLÍNIO VICENTE

BOA VISTA — O ministro da Justiça, Saulo Ramos, visitou ontem a reserva dos ianomamis, em Roraima, acompanhado do governador de Roraima, Romero Jucá Filho; de Romeu Tuma, diretor-geral da Polícia Federal; de Aristides Junqueira, procurador-geral da República; e outros membros da comitiva, que foi a Boa Vista na quinta-feira para tentar um acordo com os garimpeiros que ocuparam a cidade. A situação encontrada ontem por Saulo Ramos na maloca Paapiú era desoladora. Muitos índios estão doentes e seus líderes reclamam maior assistência. Depois de conversar também com garimpeiros que aguardam transportes para deixar a área, o ministro foi para a região de Surucucus, onde conversou com índios, garimpeiros e policiais federais.



Alderi Silva/AE

Saulo Ramos na reserva: muitos índios doentes e pedidos de maior assistência

A situação em Boa Vista voltou à calma na noite de quinta-feira, depois do anúncio de um acordo entre o ministro Saulo Ramos, o procurador Junqueira, o governador Jucá Filho, representantes dos garimpeiros e dos pilotos do garimpo. Pelo acordo, continua proibido o garimpo nas áreas ianomamis e mantida e interdita das pistas de pouso, localizadas nas terras dos índios. Os garimpeiros devem ainda sair das áreas indígenas, mas ontem mesmo tinham autorização para voltar ao trabalho nos garimpos nas florestas nacionais, para as quais foi acertada a liberação de transporte de combustível, alimentos e suprimentos.

Os garimpeiros se comprometeram a sair pacificamente das terras ocupadas até

o dia 10. Segundo Ovídio Martins, secretário de Direitos Humanos do Ministério da Justiça, que também fez parte da comitiva, isso dará ao ministro Saulo Ramos condições para preparar uma medida provisória, liberando as duas áreas — a de Uraricoera e a de Catrimani — criadas pelo presidente José Sarney, mas ainda não legalizadas. Para conseguir isso, o governo vai desprezar a necessidade de as áreas receberem aprovação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) e da Funai, criando nova figura jurídica para resolver o lado legal da questão. Martins disse que o prazo não pode passar do dia 10 de fevereiro, "porque Saulo Ramos é ministro apenas até dia 15 de março."

O governador Jucá Filho comunicou essas decisões, por volta de 21 horas de quinta-feira, aos cerca de dois mil garimpeiros que estavam concentrados na Praça do Centro Cívico, em frente à sede do governo. Com o anúncio, ele conseguiu acalmar os ânimos e pediu aos garimpeiros que voltassem às suas casas. Em menos de meia hora, a praça ficou completamente vazia.

As medidas, embora tranquilizassem momentaneamente os garimpeiros, foram tomadas às pressas, para evitar problemas maiores. É que os manifestantes diziam que só esperariam até as 20 horas e que, se alguma resposta não fosse dada, promoveriam um quebra-quebra na cidade. O clima de tensão era tão grave

que o ministro pensou em decretar estado de Defesa.

Todas as decisões tomadas em Boa Vista, no entanto, não são definitivas. Elas vão ser avaliadas pelo governo federal. Ao voltar a Brasília, o ministro Saulo Ramos fará um relatório de sua viagem ao presidente Sarney e, só depois disso, é que as medidas serão efetivadas ou não. Desde já se sabe, entretanto, que os garimpeiros continuarão entrando livremente nas florestas nacionais e, de lá, nas reservas ianomamis. A Polícia Federal não tem condições de controlar milhões de hectares, mesmo renovando periodicamente o contingente por causa do cansaço e da malária que atinge não só os índios, mas também vários agentes.

Índios denunciam ação da Funai

BRASÍLIA — Durante a Nova República, a Funai teve oito presidentes e nenhum plano para a comunidade indígena. Serviu de cabide de emprego para militares aposentados durante o governo Figueiredo e continua "parada no tempo" com cinco mil funcionários. Propôs uma "descentralização" que nunca chegou às aldeias. Essas e outras denúncias estão no documento elaborado pelo Núcleo das Nações Indígenas (NNI), entregue ontem a Celso Valleto, coordenador das questões indígenas na equipe de transição do governo Fernando Collor.

"A Funai carece, urgente, de uma radiografia fiscal", denuncia o documento, que será entregue na próxima semana ao futuro ministro da Justiça, Bernardo Cabral, já que a Funai vai pertencer a esse ministério no próximo governo. Celso Valleto preferiu não comentar as

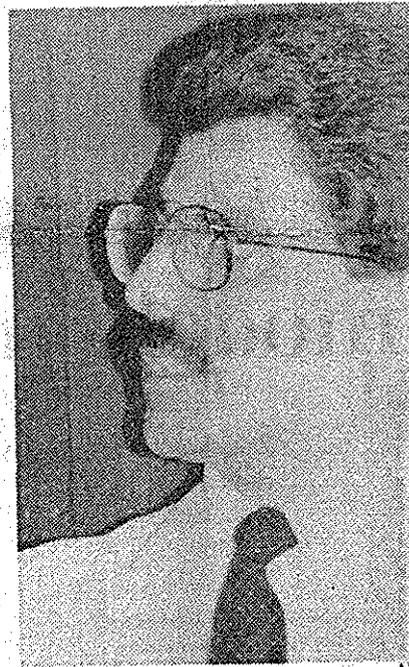
denúncias, mas o coordenador político da União das Nações Indígenas, Marcos Terena, informou que a equipe de transição vai se basear nesse dossiê para traçar as ações imediatas do próximo governo na reestruturação da Funai.

Com 14 páginas, anexadas a documentos que comprovam a concessão para retirada de madeiras de terras indígenas, o dossiê concentra suas denúncias nas duas últimas administrações da Funai, consideradas "catastróficas para o índio brasileiro". Tanto Romero Jucá Filho como Íris Pedro de Oliveira são acusados pelo NNI de cometer irregularidades e abuso de poder.

Pelo menos 12 contratos para exploração de madeiras em terras indígenas estão relacionados no documento, que aponta irregularidades nas concessões feitas na administração

Romero Jucá. Nomeada "apenas para encobrir irregularidades de seu antecessor", segundo o NNI, Íris Pedro de Oliveira utilizou o avião Sêneca III, doado à Funai para atender aldeias carentes, para "suas viagens particulares". "Enquanto Romeu Tuma, diretor-geral da PF e o procurador-geral da República Aristides Junqueira, assumiam a defesa dos ianomamis, Íris Pedro vivia seus últimos dias como presidente da Funai em Nova York, diz o documento."

O atual presidente da Funai, também acusado pelo NNI de utilizar o Opala preto, ano 89, do órgão para "suas andanças particulares" e de ceder um outro carro, um gol modelo 88 para seu filho, não foi ouvido ontem à tarde porque estava "em reunião" na Funai e não podia ser interrompido.



Romero Jucá: acusações

AE